

Entrei nesta campanha eleitoral para ajudar a modificar um sistema político e social que em minha consciência considero injusto.

A situação portuguesa é grave e urgente.

Por isso não podemos trabalhar apenas para uma política do futuro. Temos de conseguir uma política para já. Temos de tentar conseguir já tudo aquilo que possa ser conseguido já.

Porque os doentes que vão morrer por falta de tratamento não podem esperar mais. Porque os que vivem em nos bairros da lata, e os que emigram por falta de trabalho, e os que vão morrer e meter em África não podem esperar mais. Porque as crianças que vão ser submetidas a um ensino absurdo não podem esperar mais. Porque os que ganham salários injustos e os que são perseguidos e presos não podem esperar mais.

Aos pobres de Portugal é costume dizer: "Tenham paciência". Mas na verdade devemos dizer: "Não tenham paciência."

Devemos pedir ao povo português que procure o caminho dum "impaciência pacífica". Que se exprima e combata sem violência mas com teimosia e firmeza.

E é por isso que pedimos ao povo português que se inscreva para votar e que use esta arma pacífica que é o voto.

E é por isso que reclamamos eleições livres para que o povo português volte a ter confiança no sistema eleitoral.

Os partidários do governo acusam muitas vezes a oposição de ser subversiva. Mas a palavra subversão é uma palavra muito abstracta. Não abstracta como o zero; o seu valor varia conforme é posta à esquerda ou à direita. Para mim um regime que há perto de cinquenta anos subverte os valores de justiça, liberdade, e cultura em que acredito é um regime subversivo.

24.224

SOPHIA DE MELO BREYNER ANDRESAN SOUSA TAVARES



O epigrafo participou numa sessão de propaganda eleitoral, promovida pela "COMISSÃO ELEITORAL DE UNIDADE DEMOCRÁTICA", do Distrito do Porto, no dia 22/10/1969, em S. Tomé de Negrelos-Lugar da Ponte, num edifício fabril, integrada na campanha com vista às eleições legislativas, que tiveram lugar em 26 do mesmo mês, tendo usado da palavra, para "dizer que era católica, mas que compreendia que havia 43 que vivíamos no silêncio, na repressão e no medo. Queremos que o povo português reclame o direito à educação e à cultura, porque o sol quando nasce, nasce para todos. Solicitou o direito à greve." Segundo consta de uma informação do colaborador "Toca", datada de 22/10/69, que se encontra arquivada na Pasta C/3-Eleições para deputados - 1969 (Círculo do Porto - C.E.U.D.).

Segundo consta dum recorte do Jornal "DIÁRIO DE LISBOA" de 23/10/1969 que se encontra arquivado na Pasta acima referida, usou da palavra para dizer "A palavra Democracia significa Governo do Povo. Um Governo democrático significa Governo do Povo. Um Governo democrático é um Governo que diz a verdade e que ouve a verdade que o Povo lhe diz.

Queremos um Governo que nos oia. Um Governo que oia o rumo do sofrimento que se levanta na terra portuguesa, esse sofrimento que arrasta os trabalhadores portugueses para tão longe das nossas fronteiras.

E é por isso que a nossa atitude é um constante apelo à inteligência e à cultura. Pois a cultura forma um homem livre um homem que sabe criticar, que sabe escolher, que não se deixa dominar

E por isso penso que um dos primeiros direitos e um dos primeiros deveres do povo português é lutar pela sua dignidade cultural.

Pois o homem não tem só o direito ao trabalho, ao salário justo e ao pão de cada dia. O homem tem também direito à dignidade intelectual que lhe dá a cultura porque todo o homem tem direito a ser inteiramente humano",

Porto, S.R., aos 11 de Março de 1970

/PA.

SOPHIA DE MELLO BREYNER



19

A epigrafada participou numa sessão de propaganda eleitoral, promovida pela "C.E.U.D.", do Porto, que se realizou no Cine-Teatro Constantino Nery, em Matosinhos, no dia 13 do corrente, integrada na campanha para as eleições legislativas, a realizar em 26 do mês em curso, tendo usado da palavra para "dizer "a situação portuguesa é grave...". "É preciso conseguir para já tudo aquilo que possa ser conseguido já...". "Os que emigram, os que vivem nos bairros de lata, os que morrem em África, não podem esperar mais tempo". "As crianças não podem esperar mais tempo por uma educação melhor ". Continuou reclamando "eleições livres", para acabar com "o regime que, há quase 50 anos subverte os valores de espírito e portanto é subversivo". "A situação portuguesa precisa de ser passada a limpo". ":De há um ano a esta parte há menos presos e há mais um pouco de liberdade. Mas isto não chega. Modificou-se a situação de alguns, mas é preciso modificar a situação de tudo". "Há menos presos mas a lei que os fez prender continua em vigor...". "O poder continua abusando do poder." É necessário tornar impossível o abuso do poder, legalizar a liberdade. Liberdade sindical. Legalizar a situação dos partidos políticos. É preciso que o partido comunista tenha actividade legal" ao referir esta frase fê-lo em voz mais alta que o normal, apressando-se a referir: "eu não sou comunista, mas reclamo para os outros a mesma liberdade que reclamo para mim". "Portugal precisa de liberdade como de pão". Aludiu depois ao problema do ensino dizendo na necessidade de "uma verdadeira revolução cultural pois ao cabo de meio século tem sido uma escola de deseducação". "Daí os portugueses não terem sido só privados da informação foram também condenados a ouvir discursos...só discursos", "Portanto os portugueses têm medo de ouvir, medo de escutar, medo de tudo...", "No meio deste caos só a poesia sobrevive". Porque a poesia, disse explicando: "é a única coisa que sobrevive nos países ocupados". "Os melhores poemas actuais foram escritos nas cadeias da PIDE". Referiu-se depois às artes acusando a "censura que impossibilita a criação teatral". É uma mágoa a arquitectura actual. O Governo só deixa criar obras de retórica sem harmonia e sem alma...". Terminou exigindo a liberdade para todo o povo português e pedindo que votassem na lista da CEUD.", segundo consta de um relatório do Sr. Chefe Almeida datado de 14/10/69, que se encontra arquivado na Pasta C-3 - Eleições para deputados - 1969 (Círculo do Porto), e enviado à Direcção-geral sob a forma de relatório nº.37/69-S.C., acompanhado do of.confidencial nº.3014, de 15 do mesmo mês Porto, S.R., 24 de Outubro de 1969

INTERVENÇÃO NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE
SOBRE OS ARTIGOS 28º e 29º

(Sessão nº 40 de 2 de Setembro de 1975)

ARTIGO 28º

1-É livre a criação intelectual, artística e científica.
2-Esta liberdade compreende o direito à invenção, produção e divulgação da obra científica, literária ou artística, incluindo a protecção legal dos direitos de autor.

Pego a palavra para dar o meu apoio ao artigo 28º e ao artigo 29º.

Num país e num mundo onde há famílias sem casa e doentes sem tratamento e sem hospital a questão da liberdade de criação artística e intelectual pode parecer uma questão secundária.

Mas sabemos que a cultura influi radicalmente na estrutura social e na estrutura política.

E por isso a questão da liberdade da cultura é uma questão primordial.

E sabemos que toda a cultura real trabalha para a libertação do homem e que por isso toda a "cultura real" é, na sua raiz, revolucionária.

E sabemos que não poderemos construir de facto o socialismo se não ultrapassarmos o uso burguês da cultura.

Pois a cultura não é um luxo de privilegiados, mas uma necessidade fundamental de todos os homens e de todas as comunidades.

A cultura não existe para enfeitar a vida, mas sim para a transformar - para que o homem possa construir e construir.

-se em consciência, em verdade e liberdade e em justiça. E, se o homem é capaz de criar a revolução, é exactamente porque é capaz de criar a cultura.

Como disse Amílcar Cabral, na frase há dias citada por Manuel Alegre, "a revolução é um acto cultural."

E é por isso que existe sempre uma profunda unidade entre a liberdade de um povo e a liberdade do intelectual e do artista.

Não é por acaso que o Chile é neste momento o país do Mundo onde há mais intelectuais presos.

No princípio da guerra de Espanha, na Universidade de Salamanca, o general Milan Astray gritou: "Morra a inteligência." Este grito pertence à essência do fascismo.

Durante quarenta e oito anos a maioria dos escritores, artistas e intelectuais portugueses lutaram contra o fascismo. E ao lutar sabiam que não lutavam apenas pela sua liberdade, que não lutavam por uma "liberdade especializada", mas que lutavam pela libertação do povo a que pertencem e pela justiça e pela verdade da vida.

E a liberdade de expressão e de cultura, e nomeadamente a liberdade de crítica, é intrinsecamente necessária à busca e à construção da justiça. A justiça não se constrói com dogmatismos indiscutíveis, nem com maximalismos irreais, nem com demagogia, nem com cabotinismo cultural.¹

Precisamos de uma revolução culturalmente apta a fazer constantemente o seu exame de consciência. A verdadeira vigilância revolucionária é a lucidez revolucionária. Sem liberdade de crítica nunca se pode aprender verdadeiramente "a lição do erro." Sem liberdade crítica não há cultura verdadeiramente participante. A crítica é orgânica.

Somos um país que tem às costas séculos de inquisição e meio século de fascismo, com censura, prisões, escritores e pintores e intelectuais exilados, livros proibidos, exposições proibidas, projectos que nunca se ergueram.

E vivemos num tempo em que nos países totalitários do Leste e do Ocidente aqueles intelectuais que têm a coragem de falar têm expiado e expiam essa coragem nos campos de concentração, nas prisões, nos asilos psiquiátricos.

De tudo isto queremos emergir.